
Visibilidade midiática entre sistema e antissistema: diálogos entre midiaticização e violência a partir do movimento Levante Popular da Juventude¹

Diuan dos Santos FELTRIN²

Vinícius Lauriano FERREIRA³

Agnes Campos de FARIA⁴

Universidade Estadual Paulista (Unesp), Bauru, SP

Resumo

O artigo reflete sobre a visibilidade midiática de um movimento de juventudes, o Levante Popular da Juventude (LPJ), e apresenta diálogos entre a midiaticização do entorno do LPJ e um questionamento social antissistema, em especial na denúncia da violência como principal linguagem sistêmica. Busca-se alcançar tal objetivo por meio do levantamento teórico dos conceitos centrais da reflexão: os movimentos sociais de juventudes, o processo de negociação de visibilidade midiática desses movimentos, a reflexão antissistema contemporânea e a visão de violência a partir das investigações de comunicação para a paz. Empiricamente, realiza análise de enquadramento sobre a cobertura midiática do LPJ. Pretende-se auxiliar na compreensão das possibilidades de visibilidade de movimentos sociais antissistema.

Palavras-chave

Visibilidade midiática; Movimentos sociais antissistema; Violência estrutural; Levante Popular da Juventude.

1. Introdução

Até o início do século XX, o conceito de movimentos sociais contemplava exclusivamente a organização e a ação dos trabalhadores em sindicatos. A partir desse período, assistiu-se ao surgimento e desenvolvimento de movimentos centrados em questões identitárias, que não estavam a serviço de nenhum modelo de sociedade perfeita, mas com uma luta voltada para a democratização das relações sociais. As juventudes se destacam nesse processo, ao buscar por coletivos e associações não institucionalizadas, com enfoque no uso das redes sociais, da autonomia, da autogestão,

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutorando do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da UNESP (Universidade Estadual Paulista), câmpus de Bauru-SP. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2022/07502-0. E-mail: diuan.feltrin@unesp.br.

³ Doutorando do programa de pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da UNESP (Universidade Estadual Paulista), câmpus de Bauru-SP. E-mail: vinicius.lauriano@unesp.br.

⁴ Mestranda do programa de pós-graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design da UNESP (Universidade Estadual Paulista), câmpus de Bauru-SP. E-mail: agnes.faria@unesp.br.

na ausência de liderança ou de intelectuais orgânicos e na transversalidade temática. O papel da midiática na atuação desses movimentos ainda é ambivalente, pois apesar de fornecer meios de mobilização, surge também como um outro sistema, que parece insistir em se manter aliado aos outros processos sistêmicos mais evidentes: o econômico-capitalista e o político-neoliberal.

Este artigo traz reflexões sobre a possibilidade de atuação midiática em busca de visibilidade de um movimento de juventude que possui pautas que vão de encontro a esses sistemas, o Levante Popular da Juventude (LPJ). Investigações nesse campo são necessárias para compreender como se dão os processos midiáticos de um movimento social de juventudes, em sua tentativa de construir uma visibilidade antissistema, frente a suas reivindicações de mudança social. O objetivo desta pesquisa é, portanto, identificar possibilidades de diálogo entre a midiática do entorno do LPJ - tanto em suas iniciativas comunicacionais quanto no seu aparecimento na mídia - e um questionamento social antissistema, em especial na denúncia da violência em sua dimensão estrutural, perpetrada pelos sistemas político e econômico.

O trabalho se inicia com um levantamento teórico dos tópicos centrais da reflexão, a partir dos conceitos de movimentos sociais de juventudes, do processo de negociação de visibilidade midiática desses movimentos, da reflexão antissistema contemporânea e da visão de violência a partir das investigações de comunicação para a paz. No tópico seguinte é apresentado um breve histórico do LPJ, suas características e sua ligação com os conceitos trabalhados anteriormente. Na parte final se encontra o estudo empírico produzido pelos autores e pela autora acerca da midiática do LPJ, contrapondo a visão do veículo Brasil de Fato (BDF), alinhado ao movimento, e de outros jornais de grande circulação e portais noticiosos da *web*, utilizando-se da análise dos enquadramentos assumidos para retratar as ações e pautas do LPJ nos diferentes veículos de mídia.

A investigação teórico-prática deste artigo pretende colaborar na compreensão das possibilidades de visibilidade midiática de movimentos sociais antissistema, inclusive no que a midiática também age na colonização destas iniciativas. Espera-se somar a outras iniciativas que buscam compreender como a midiática da sociedade potencializa ou impede a exploração de possibilidades de uma comunicação antissistema, a partir da diversidade, de reivindicações comuns, de eixos unificadores

que questionem o atual sistema de leis, de organização política e de articulação econômica.

2. Movimentos sociais, sociedade midiaticizada e violência

Discussões sobre o conceito de movimentos sociais são amplas e regadas por disparidades, que incluem noções latino-americanas e europeias. Até o início do século XX, tal concepção considerava somente a atuação dos trabalhadores sindicalistas (GOSS e PRUDENCIO, 2004). Ao revisitar a gênese do conceito através dos estudos de Laclau (1986), o mesmo apresenta uma divisão tipificada em: a determinação da identidade dos agentes, o tipo de conflito e a pluralidade dos espaços de conflito.

Contudo, a partir da década de 1970, o debate sobre movimentos sociais ganhou novas camadas na América Latina, com ênfase na microestrutura social, na percepção de diferentes fatores e na participação da sociedade civil (GOSS, PRUDENCIO, 2004). Em relação às transformações, foi possível observar a chegada de novos atores sociais. Segundo Cardoso (1987), a grande novidade desses atores é a independência em relação a partidos e políticos, como também a expressão dos desejos sociais, contando com diferentes abordagens de luta e objetivos. Laclau (1986) entende essas divergências como a pluralidade do agente social, que é constituído por várias formações discursivas. Desse modo, para o autor, as especificidades dos movimentos sociais partem de um conjunto de posições, como o nível de residência, aparatos institucionais e subordinação cultural, sexual e racial.

Apesar das diferentes abordagens e objetivos, um tópico em comum que permeia os movimentos contemporâneos é a visão de luta. Para Touraine (1998), os novos agentes sociais não lutam por uma sociedade perfeita, mas sim pela democratização das relações sociais. Além disso, para Cardoso (1987), há uma aproximação entre tais sujeitos, que é orientada por injustiças e discriminações.

Em relação a juventude dentro de tais lutas, a mesma deve ser compreendida tanto em uma perspectiva macrosociológica, como através das experiências individuais da vida cotidiana (MELUCCI, 1997). Ao analisar a temática através das considerações do autor, um ponto fundamental a ser destacado é a questão do tempo, de forma a entrelaçá-lo em uma perspectiva cronológica e simbólica.

Melucci (1997) defende que os jovens são os atores mais expostos ao dilema do tempo, no qual a incerteza da vida é complementada por fatores culturais e sociais. Desse modo, eles se tornam protagonistas na busca por mudanças. Segundo o autor, os movimentos da juventude se formam a partir de grupos dispersos, fragmentados e imersos na vida diária, no qual lutam por problemas específicos, na tentativa de retomar o controle de suas próprias ações.

Em muitos países ocidentais, inclusive no Brasil, a ação da juventude foi restrita a jovens escolarizados até meados dos anos 60. Contudo, ao longo dos anos, especialmente a partir dos protestos de 2013, foi possível observar mudanças em tais paradigmas, que incluem movimentos formados por diferentes grupos que buscam lutar através de coletivos e associações não institucionalizadas (AUGUSTO; ROSA; RESENDE, 2016). Segundo os autores, além da presença de distintos sujeitos, os movimentos contemporâneos da juventude também apresentam outras particularidades, como horizontalidade, uso das redes sociais, autonomia, autogestão, ausência de liderança ou de intelectuais orgânicos e transversalidade temática.

Em relação às redes sociais, Tavares e Paula (2014) defendem que estes são espaços em que demandas individuais podem ser identificadas e reconhecidas como coletivas, permitindo uma cooperação maior entre os atores sociais. Conforme explica Giarretta e Di Giulio (2018), a difusão das TICs, sobretudo das redes sociais, trouxe à tona experiências virtuais que têm o poder de construir significados e transformações sociais.

Contudo, apesar das mudanças possivelmente benéficas, ainda são díspares as mediações acerca dos conteúdos, bem como o efeito provocado pela midiaticização da sociedade. A recepção e repercussão dos conteúdos midiáticos ocorrem naqueles circuitos apontados por Braga (2012), em que a sociedade interage com a própria sociedade, em um processo interacional em marcha acelerada para se tornar o processo de referência da constituição da cultura. As mídias digitais, por seu caráter mais próximo e supostamente descentralizado, aparentam ser ainda mais eficazes em se tornarem o “organizador principal da sociedade” (BRAGA, 2007).

Resta a questão se tais espaços abertos pelo uso de *smartphones* proporcionaram uma maior possibilidade de manifestação, ou se apenas tornou ainda íntimo e subcutâneo a veiculação dos discursos de interesses colonizadores e

neoliberais, em detrimento de uma comunicação que realmente leve em conta a realidade e necessidades de todos.

Tal dilema pode ser investigado por meio da teoria social dos sistemas, que busca compreender a relação entre a atuação de indivíduos e grupos e os processos sociais já estabelecidos e bem adaptados à conjuntura sociocultural de determinada sociedade. Muitos autores das ciências sociais propuseram sua definição dos sistemas sociais. Para fins deste artigo, preferimos utilizar a conceituação habermasiana de sistemas, que divide os aspectos valorativos e culturais (definidos como mundo da vida) daqueles instrumentais e institucionais (chamados de sistêmicos), como define Regatieri (2019).

A diferenciação entre um sistema intersubjetivo, assentado na comunicação, e um sistema instrumental, baseado no interesse, é importante para a compreensão da atuação de movimentos sociais. Se determinados movimentos buscam reformas no sistema econômico, enquanto outros visam o aprimoramento do sistema político-estatal, alguns movimentos se situam como questionamento radical do modo como esses dois sistemas se dão, exacerbando as tensões entre mundo da vida e sistemas, podendo receber a alcunha de antissistema.

Para as análises que se pretende neste trabalho, contudo, é necessária uma reflexão acerca do papel da mídia em relação aos sistemas econômico e político. Lycarião (2012) propõe a compreensão do sistema midiático como um outro sistema, paralelo aos outros dois. Isto nos auxilia a compreender as relações mediatizadas que se dão em nossa sociedade, e como elas insistem em se manter aliadas aos outros processos sistêmicos econômico e político.

Trata-se de algo processual e dialético, desmascarando o discurso tecnológico e funcionalista e mostrando que “práticas colonizadoras encontram eco em percursos históricos no contexto de hiperconectividade e mediatização” (ROTHBERG; LUVIZOTTO; CARVALHO, 2021, p. 20). As investigações acerca da colonização dos imperativos sistêmicos em relação aos processos culturais têm concluído que a principal linguagem utilizada pelos sistemas nessa relação é a da violência. Para determinados grupos, os sistemas se manifestam “no corpo atingido pelas balas achadas das forças militares e paramilitares” ou pelos “despejos e remoções, pelas diásporas forçadas, atingidos pelas queimadas, inundações e secas produzidas pela

ganância incansável do sistema capitalista, patriarcal e colonizador" (SILVESTRE, 2021, p. 35).

Krenak (2021, p. 67), por sua vez, aponta que o sistema estatal é, em essência, uma “máquina de fazer guerra”. Ele ressalta, contudo, que estão surgindo novas maneiras de fazer política em campos que são ainda invisíveis: “elas estão acontecendo em comunidades, em pequenas comunidades que conseguem estabelecer experiências em rede que cooperam entre si e que, de alguma maneira, constituem um contragoverno – num bom sentido, já que o governo é instituído pela violência.”

O conceito de violência é perpassado por complexidades, sobretudo porque, no decorrer da história, consolidou-se o entendimento da violência exclusivamente como a manifestação de agressões e outros gestos que podem ser observados com evidência na sociedade (violência direta). Johan Galtung, um dos fundadores do campo de estudos intitulado *Peace Studies* (Estudos para a Paz)⁵, promoveu um giro epistemológico no modo como essas ciências interpretam os conceitos de violência e paz. A partir do ensaio *Violence, Peace and Peace Research*, de 1969, o pensador norueguês sugere que a violência ultrapassa sua manifestação direta e apresenta outras duas tipologias que auxiliam a compreender o fenômeno: violência estrutural e violência cultural (GALTUNG, 1969, 2003; FERREIRA, 2019).

Conforme a concepção de Galtung, a paz possui caráter normativo e orientado a valores, desse modo, quando articulada para se galgar fins sociais concordados por muitos, o pensador pressupõe que a paz é necessária para que a sociedade alcance suas finalidades (FERREIRA, 2019). Galtung denomina como *paz positiva* uma realidade sustentada por ideais de equilíbrio e cooperação, por outro lado, o conceito de *paz negativa* vai ao encontro do que o senso comum entende por paz, isto é, a mera inexistência de violência direta (GALTUNG, 1969; FERREIRA, 2019).

Diante disso, pensar a dimensão estrutural da violência na perspectiva de Galtung é tecer uma visão crítica perante a própria atuação dos sistemas de um dado contexto social. Considerando o sistema econômico, por exemplo, percebemos os

⁵ Escola crítica cujo advento se dá no início da década de 1960, por meio do engajamento de diversos cientistas sociais europeus e norte-americanos que compreenderam a necessidade de ampliar as possibilidades de reflexão crítica diante do fenômeno da violência, principalmente em contextos de guerra entre nações. Havia o entendimento de que, por trás das guerras propriamente ditas, havia a prevalência de contextos tomados por conflitos historicamente construídos, que compunham o repertório para a instauração de guerras (FERREIRA, 2019).

desníveis sociais e as abissais distinções entre as classes, com pessoas gozando de privilégios não somente econômicos, mas, sobretudo, de legitimidade, ao passo que outras são silenciadas e colocadas à margem do reconhecimento. Como sintetiza Ferreira (2019, p. 68), a violência estrutural tem o arquétipo da exploração; há dominadores e oprimidos, com exaltada injustiça social, que muitas vezes passa despercebida. Neste tipo de violência, vítimas e agressores nem sempre são identificados com evidência, pois se trata de uma expressão de violência velada pelas forças oriundas dos próprios sistemas.

Na interface entre esses conceitos de violência estrutural, sistemas e a mídia, percebe-se a visibilidade midiática como uma arena de disputas, visto que é essencial para o reconhecimento e legitimidade das lutas empreendidas pelos movimentos, sobretudo no que tange às denúncias contra as expressões de violência de ordem estrutural. Passaremos à análise do caso de um movimento, o Levante Popular da Juventude (LPJ), que a partir das conceituações tratadas neste tópico tentaremos compreender como antissistema.

As inspirações para a gênese do Levante Popular da Juventude foram os movimentos do campo progressista brasileiro, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Consulta Popular, movimentos estudantis, entre outros. A partir da articulação desses grupos, emergiu a urgente necessidade de organizar a juventude brasileira a partir de seus anseios (VOLPATO, 2022; MESSIAS, 2018).

Como relatado no próprio portal do movimento, os passos iniciais para a formação do Levante são dados em 2005, quando a assembleia nacional da Consulta Popular define em resolução “organizar a juventude da classe trabalhadora e, em especial, os jovens da periferia urbana” (LEVANTE, *web*). Assim, visava-se a construção de um movimento protagonizado pelas juventudes da classe trabalhadora e periférica no Brasil. Como contextualiza Volpato (2022, p. 78), ainda em 2005, no Rio Grande do Sul, a partir do Fórum Social Mundial, foi organizado um acampamento da juventude, fortalecendo o viés de resistência apontado na resolução da Consulta Popular; destarte, em 2006, o movimento começa a esboçar uma identidade própria, com a mobilização de jovens em uma manifestação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em defesa da educação pública e das ações afirmativas (VOLPATO,

2022). Oficinas de grafite, apresentações de teatro, entre outros elementos artísticos e culturais dão o tom para o método de ação que viria a ser a principal marca do LPJ (VOLPATO, 2022; MESSIAS, 2018).

O processo de nacionalização aconteceu em fevereiro de 2012, com a realização do primeiro Acampamento Nacional do LPJ, em Santa Cruz do Sul (RS), que reuniu cerca de 1.300 jovens representantes de 15 Estados. Na primeira grande ação foram organizados, em diversos pontos do país, escrachos aos torturadores dos tempos de ditadura militar; a ação recebeu ampla divulgação midiática, culminando na projeção do LPJ em âmbito nacional (VOLPATO, 2022).

A breve contextualização aponta algumas das principais agendas do movimento: colocar-se contra regimes totalitários, denunciar toda e qualquer forma de injustiça, buscar equidade racial e de gênero, romper com estruturas estratificadas e questionar/incomodar a dominação capitalista, branca e heteronormativa. Esses princípios conferem ao LPJ uma essência genuinamente antissistema, que visa se opor às estruturas de opressão resultantes de uma base política capitalista, em especial as violências sofridas pelas juventudes das periferias a partir dos sistemas estatais e neoliberais, em sua manifestação de violência estrutural, conforme aponta os Estudos para a Paz. O objetivo do movimento, contudo, também se relaciona ao sistema midiático, enquanto tentativa de se tornar representativo e de ganhar visibilidade, em prol da potencialização de suas ações, seus questionamentos e seu alcance na juventude nacional. No próximo tópico, será apresentada uma análise dos enquadramentos presentes no sistema midiático em detrimento das visões e ações do LPJ.

3. Metodologia

Com a finalidade de refletir sobre a visibilidade do Levante na mídia brasileira, realizamos análises sobre a representação midiática do movimento. Para tanto, selecionamos como recorte temporal o segundo semestre de 2022 (julho a dezembro), com a justificativa de se tratar de um período histórico marcado por intensa polarização política e ideológica no Brasil em decorrência das eleições presidenciais protagonizadas por dois grupos assumidamente antagônicos: de um lado, a extrema direita, representada por Jair Messias Bolsonaro, e, de outro lado, Luiz Inácio Lula da

Silva, representante do campo progressista. Ademais, o período marca a comemoração dos dez anos de atuação do LPJ. Com isso, agendas comumente assumidas e defendidas pelo Levante estiveram em evidência, pautando a agenda social. O período também se caracteriza pela exposição massiva de narrativas sustentadas pela extrema direita que buscava reeleição, em oposição aos princípios do LPJ.

Para observar como se deram as coberturas, selecionamos o portal Brasil de Fato (BDF), situado como pró-movimento. Trata-se de uma mídia progressista, com aderência ideológica ao LPJ, de modo que o próprio movimento indica o veículo como parceiro; inclusive, membros do movimento atuam nessa mídia como colunistas e realizam análises conjunturais e aprofundamentos de temas de interesse público. Como explica Volpato (2022, p. 228), ainda que esses atores se identifiquem como militantes do movimento, o espaço que ocupam no veículo em questão decorre de sua vinculação com a organização, o que é favorável ao LPJ, pois essas colunas colaboram para divulgar a linha política para além do meio social do próprio movimento. Por outro lado, buscamos selecionar paralelos de cobertura de tópicos e eventos do BDF em jornais escritos de circulação nacional e regional (Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, O Globo, Zero Hora e Diário de Pernambuco), além dos portais digitais G1 e Metrôpoles.

Encaramos o conceito de enquadramento conforme Goffman (1986), que percebe enquadramentos enquanto princípios de organização de eventos sociais. Eles, segundo o autor, seriam como prismas que filtram determinados aspectos da realidade vivida, ressaltando-os, enquanto outros passam despercebidos ou estão ausentes do quadro. Em suma, o autor percebe os enquadramentos enquanto instrumentos de poder, pois impactam em atos cotidianos de compreensão e tomada de decisão das pessoas.

4. Resultados e discussão

No segundo semestre de 2022, foram identificadas 52 narrativas publicadas pelo Brasil de Fato que em algum momento citam o LPJ. Os textos relatam ações de resistência em várias localidades do país. Embora nem todas as iniciativas tenham sido diretamente organizadas pelo LPJ, as narrativas citam a participação ou influência do movimento, além de apresentarem pontos de vista de militantes. Prevaecem coberturas

sobre atos em defesa da educação pública (11, no total), ressaltando os enfrentamentos dos estudantes diante do desmonte da área por parte do governo vigente. A partir das narrativas encontradas no BDF, realizamos buscas nos veículos anteriormente relatados, com o objetivo de identificar como ocorre a representação do Levante nessas mídias. Nossa intenção não é promover comparações, mas perceber os tensionamentos editoriais entre os veículos, bem como tecer articulações acerca da tentativa do LPJ de galgar visibilidade e fazer ecoar seus princípios antissistema, sobretudo no tocante às denúncias promovidas pelo movimento perante estruturas de violência.

Chama a atenção, por exemplo, a cobertura sobre um ato realizado em São Paulo no dia 17 de julho de 2022 em prol de justiça pelo guarda municipal, sindicalista e dirigente do Partido dos Trabalhadores, Marcelo Arruda, assassinado no dia 9 de julho em Foz do Iguaçu (PR), enquanto comemorava seu aniversário⁶. O crime, ocorrido por motivação política, foi praticado por um policial federal penitenciário, identificado na matéria do Brasil de Fato como bolsonarista. A manifestação em São Paulo reuniu representantes do campo progressista, dentre eles, integrantes do LPJ. A reportagem confere voz à presidente do LPJ em São Paulo, Jessy Dayane, que leu a carta “Justiça por Marcelo Arruda”, assinada por diversos partidos políticos e movimentos sociais. Embora a violência política fosse uma realidade latente naquele período (segundo a matéria, de 1º de abril a 30 de julho de 2022 haviam sido registrados 101 casos), a Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não realizaram coberturas sobre o ato, embora o tema do assassinato estivesse bastante presente nas matérias dos veículos.

As manifestações em defesa da educação pública estiveram em evidência durante o período e, pelo fato de ser uma das principais frentes do LPJ, o movimento marcou presença em diversas ações. Como de praxe, o Brasil de Fato realizou a cobertura dessas manifestações em várias localidades do país, como foi o caso do ato ocorrido em 11 de agosto no Rio de Janeiro⁷. Na ocasião, milhares de pessoas ocuparam as ruas da capital carioca em mobilização em prol da democracia, das urnas eletrônicas e pelo fim dos cortes na educação. A matéria cita que a organização do ato

⁶ <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/17/em-sp-ato-por-justica-para-marcelo-arruda-reivindica-motivacao-politica-em-assassinato>

⁷ <https://www.brasildefatorj.com.br/2022/08/11/no-rio-ato-em-defesa-da-democracia-e-contra-cortes-na-educacao-reune-milhares-de-manifestantes>

partiu da União Estadual dos Estudantes (UEE) e outras entidades estudantis, além do LPJ e outros movimentos populares. Uma das entrevistadas é Maíra Marinho, identificada como integrante do LPJ, que afirma: “Nós estamos nas ruas para defender o nosso direito à vida, a democracia e o direito de escolher nosso presidente”.

Nota-se, a partir da matéria, que o ato vai na contramão do sistema vigente e as diversas formas de violência naturalizadas por ele; nessa direção, o texto presta esclarecimentos ao público leitor e também realiza denúncias, visto que ressalta o desmonte promovido pelo governo ao apresentar dados sobre os cortes no orçamento da educação em detrimento dos valores repassados para orçamentos secretos. O texto também traz a informação de que em todo o Brasil foram realizados 86 atos em defesa da democracia em 49 cidades.

Na mesma data (11 de agosto), o portal G1, do grupo Globo, também apresentou matéria sobre a manifestação no Rio de Janeiro⁸. Ressalta que a organização partiu da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e contou com a participação de outros movimentos sociais; neste caso, o LPJ não é citado. O objetivo de defender a democracia e o respeito ao sistema eleitoral brasileiro é considerado no texto, o que vem ao encontro da linha editorial adotada pelo veículo durante os quatro anos de governo Bolsonaro, marcado por constantes ataques à democracia e ao jornalismo profissional, especialmente ao Grupo Globo. Ao contrário da matéria divulgada pelo Brasil de Fato, o texto do G1 não apresenta dizeres de militantes de movimentos sociais, porém, concede voz a lideranças políticas formais do campo progressista.

Questões de gênero também estiveram em evidência no período selecionado para análise, sobretudo porque essas pautas foram constantemente negligenciadas e contestadas pelo governo então vigente. Nesse sentido, o BDF publica em 21 de dezembro a matéria "Estudantes reivindicam a instalação de banheiros neutros na UnB⁹". O ato, organizado por estudantes e funcionários da Universidade de Brasília, contou com o apoio do LPJ e teve o objetivo de dar resposta a um caso de discriminação ocorrido dias antes na universidade, quando uma estudante trans foi ofendida no banheiro da instituição. A manifestação pedia a instalação de banheiros neutros na

⁸ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/08/11/manifestantes-se-reunem-no-centro-do-rio-em-ato-pela-democracia.ghtml>

⁹ <https://www.brasildefatodf.com.br/2022/12/21/estudantes-reivindicam-a-instalacao-de-banheiros-neutros-na-unb>

UnB, como forma de evitar constrangimentos às pessoas trans. A matéria concedeu voz aos principais atores envolvidos no conflito, no caso, pessoas trans. Ademais, também ressalta a visão de militantes de grupos apoiadores, como o LPJ e o Mães pela Diversidade.

O portal Metrôpoles¹⁰ divulgou em 19 de dezembro uma nota sobre o ato que seria realizado na UnB. Ao contrário da cobertura do BDF, a publicação não traz pontos de vista de membros de movimentos sociais, apresentando dizeres divulgados em nota pela própria UnB, que afirma contar com dois banheiros neutros em um de seus campi e que o setor de Direitos Humanos da instituição aprovava a criação de outros. A visão dos estudantes que promoveram o ato também é reduzida ao ponto de vista da instituição, por meio do Diretório Central dos Estudantes.

Por fim, um caso bastante eloquente envolveu a privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul. Em reportagem do dia 1º de agosto, o BDF publicou a reportagem “Governo do RS vende territórios indígenas junto com empresa de eletricidade¹¹”, na qual apontava para uma carta pública do Movimento dos Atingidos por Barragens, assinada também pelo LPJ, que denunciava a presença de terras indígenas ancestrais e aldeias das etnias Kaingang e Guarani nas áreas privatizadas pelo governo estadual. O portal destaca o valor angariado pelas privatizações: 928 milhões de reais. Poucos dias antes, em 27 de julho, o jornal gaúcho Zero Hora também havia abordado o sucesso da privatização, na coluna da jornalista Marta Sfredo¹². A reportagem, contudo, não fazia nenhuma menção acerca da presença dos grupos indígenas, sendo que o enfoque era o prejuízo que o comprador teria, pois teria que arcar com 2,8 bilhões além da cifra pela qual arrematou as instalações. A reportagem intitulava-se “Quanto o comprador da CEEE-G terá que desembolsar pelos ativos arrematados na B3”.

Os casos expostos nesta seção buscaram demonstrar, de maneira não exaustiva, situações nas quais ações diretas ou indiretas do LPJ aconteceram, e sua correspondência com veículos da grande mídia brasileira. Em todos os casos

¹⁰ <https://www.metropoles.com/distrito-federal/alunos-farao-ato-na-unb-apos-trans-ser-expulsa-de-banheiro-feminino>

¹¹ <https://www.brasildefato.com.br/2022/08/01/governo-do-rs-vende-territorios-indigenas-junto-com-empresa-de-eletricidade>

¹² <https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/marta-sfredo/noticia/2022/07/quanto-o-comprador-da-ceee-g-teraque-desembolsar-pelos-ativos-arrematados-na-b3-cl66r61tx0071017pk6m8anj1.html>

apontados, ou houve negligenciamento da ação, ou a notícia foi dada sem oferecer explicações mais aprofundadas ou expor a opinião de participantes e militantes, ou a perspectiva do fato foi oposta à reportada no BDF.

Considerações finais

Por meio das breves análises apresentadas, compreende-se que a visibilidade midiática é um campo a ser explorado pelo LPJ. Depreende-se que, embora o movimento articule ações contestadoras diante dos sistemas político e econômico, a divulgação desses atos prevalece nos canais oficiais do movimento e em mídias do campo progressista, como é o caso do Brasil de Fato. Nesse veículo, o enquadramento das matérias observadas atende os princípios do movimento, sobretudo quando concede voz aos atores sociais envolvidos, isto é, militantes do LPJ. As narrativas que integram o período analisado trazem ações promovidas em diversas partes do país, de modo que nem todas foram diretamente organizadas pelo LPJ, mas contaram com o apoio do movimento e seguiram ações condizentes com seu modo de ser.

Por se tratar de um acirrado território de disputas, o campo da visibilidade midiática é perpassado por tensões, principalmente quando situado no contexto dominante, isto é, economicamente neoliberal. Quando os atos populares articulados por movimentos sociais como o LPJ são divulgados pelo sistema midiático, percebemos que os enquadramentos não privilegiam a atuação desses movimentos, mas sim, concedem maior relevância aos atores sociais que historicamente ocupam posições de poder.

Desse modo, no contexto da sociedade em midiatização, a visibilidade pode seguir na direção de intensificar o viés colonizador dessas iniciativas, isto é, quando as coberturas midiáticas se concentram em atender interesses mercadológicos e legitimar suas práticas socialmente. Nesse sentido, o silenciamento das ações de movimentos como LPJ por parte dos grandes veículos de mídia também se constitui como estratégia, visto que, por se constituírem parte do sistema, não é conveniente apresentar conteúdos sobre mobilizações impelidas em questionar o sistema e suas violências.

Esta pesquisa abre possibilidades para estudos futuros que tenham como base compreender, a partir de um olhar comunicacional, as possibilidades de visibilidade midiática de movimentos sociais antissistema cujo princípio basilar seja a contestação

de lógicas opressoras. Observar a comunicação como uma das fontes da situação social que vivemos, mas também como possível solução para sair dos processos sociais reificadores, é uma possibilidade de postura diante do sistema midiático e suas lógicas.

Referências bibliográficas

AUGUSTO, Acácio; ROSA, Pablo Ornelas; RESENDE, Paulo Edgar da Rocha. Capturas e resistências nas democracias liberais: uma mirada sobre a participação dos jovens nos novíssimos movimentos sociais. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 21, n. 40, p. 21- 37, 2016.

BRAGA, José Luiz. Miatização como processo interacional de referência. In: MÉDOLA, Ana Sílvia; ARAUJO, Denize Correa; BRUNO, Fernanda (Org.). **Imagem, visibilidade e cultura midiática**: livro da XV Compós. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. Circuitos versus campos sociais. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JR, Jeder; JACKS, Nilda (orgs.) **Mediação & Mediatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos sociais na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Campinas, v. 1, n. 3, 1987.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. As origens dos estudos para a paz e seus conceitos elementares: paz, violência, conflito e guerra. In: FERREIRA, Marcos A. S. V.; MASCHIETTO, Roberta H; KUHLMANN, Paulo R. L. (Orgs.). **Estudos para a paz: conceitos e debates**. São Cristóvão-SE: Editora UFS, 2019. p. 47-83.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n.3, p. 167- 191, 1969.

GALTUNG, Johan. **Violencia cultural**. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratz, 2003.

GIARETTA, Juliana Barbosa Zuquer; DI GIULIO, Gabriela Marques. O papel das tecnologias de comunicação e informação (TIC) no urbano do século XXI e na emergência dos novos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 161-179, 2018.

GOFFMAN, Erving. Frame analysis: an essay on the organization of experience. **Northeastern University Press**, 1986.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Em Tese**, Santa Catarina, v. 1, n. 2, p. 75-91, 2004.

KRENAK, Ailton. Sobre a reciprocidade e a capacidade de juntar mundo. In: KRENAK, Ailton; SILVESTRE, Helena; SANTOS, Boaventura S. **O sistema e o antissistema**: três ensaios, três mundos no mesmo mundo. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LACLAU, Ernesto. Os novos movimentos sociais e a pluralidade do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Campinas, v. 2, n.1, 1986.

LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE. Quem somos. Levante, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://levante.org.br/quem-somos>.

LYCARIÃO, Diógenes. Sistema dos *media* e deliberação pública: acerca do valor epistêmico da mediação para a legitimação democrática. In: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JR, Jeder; JACKS, Nilda (orgs.) **Mediação & Mediatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 6, p. 05-14, 1997.

MESSIAS, Fernanda Targa. **Política de comunicação em movimentos populares: a experiência do Levante Popular da Juventude**. 2018. 55 f. Monografia (Especialização em Comunicação Popular e Comunitária) - Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2018.

REGATIERI, Ricardo P. Teoria da ação e teoria de sistemas em Talcott Parsons e Jürgen Habermas. **Estudos de Sociologia**, v. 2, n. 25, p. 189-212, 2019.

ROTHBERG, Danilo; LUVIZOTTO, Caroline K.; CARVALHO, Juliano M. **Revisitando MacBride: utopias e distopias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

SILVESTRE, Helena. Alianças antissistema: varrer as ruínas e adiar o fim dos mundos. In: KRENAK, Ailton; SILVESTRE, Helena; SANTOS, Boaventura S. **O sistema e o antissistema: três ensaios, três mundos no mesmo mundo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

TAVARES, Wellington; PAULA, Ana Paula Paes. Movimentos sociais em redes sociais virtuais: possibilidades de organização de ações coletivas no ciberespaço. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Bahia, v. 4, n. 1, p. 213-234, 2014.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

VOLPATO, Alana Nogueira. **Estratégias de visibilidade de movimentos sociais da juventude na sociedade midiaticizada**. 311f. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2022.